



**Bianca Camargo Martins
(Organizadora)**

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3



**Bianca Camargo Martins
(Organizadora)**

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|--|
| A772 | Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-846-5 DOI 10.22533/at.ed.465191912 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711 |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3” ressalta a multiplicidade de enfoques e abordagens relacionadas à arquitetura e ao espaço urbano, disseminando visões e saberes acerca desses conhecimentos.

Em tempos em que a divulgação científica é vital para a continuidade das importantes pesquisas aqui desenvolvidas, a Atena Editora reafirma seu compromisso em ampliar e democratizar o acesso ao conhecimento.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| MUSEU SENSORIAL DO CERRADO SENSORIAL MUSEUM OF CERRADO | |
| Fabiane Krolow | |
| Karina Marcondes Colet | |
| Paulina Aparecida Damin Soldatelli | |
| Paula Roberta Ramos Libos | |
| DOI 10.22533/at.ed.4651919121 | |
| CAPÍTULO 2 | 14 |
| TEATRO VARIEDADES EM RIO CLARO - SP: RECONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA ARQUITETÔNICA | |
| Ícaro Fassoli | |
| Marcelo Cachioni | |
| DOI 10.22533/at.ed.4651919122 | |
| CAPÍTULO 3 | 32 |
| AS POTENCIALIDADES PARA ALÉM DO AÇO: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NAS CIDADES DO INTERIOR DE GOIÁS. UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SÃO LUIZ DO NORTE/GO | |
| Richardson Thomas da Silva Moraes | |
| Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro | |
| DOI 10.22533/at.ed.4651919123 | |
| CAPÍTULO 4 | 48 |
| INFORMAR PARA PRESERVAR: A ARQUITETURA MODERNA NO BALNEÁRIO DE CABEÇUDAS | |
| Giselle Carvalho Leal | |
| Thayse Fagundes e Braga | |
| DOI 10.22533/at.ed.4651919124 | |
| CAPÍTULO 5 | 60 |
| ACESSIBILIDADE EM PATRIMÔNIO CULTURAL: ANÁLISE DO CENÁRIO DO CONJUNTO FRANCISCANO EM JOÃO PESSOA-PB, POR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA | |
| Deborah Padula Kishimoto | |
| Raissa Silva Rodrigues | |
| DOI 10.22533/at.ed.4651919125 | |
| CAPÍTULO 6 | 72 |
| OS TOMBAMENTOS VIA LEIS MUNICIPAIS, VALIDADE E IMPLICAÇÕES: O CASO DA MANCHA FERROVIÁRIA DE SANTA MARIA- RS | |
| Cristiane Leticia Oppermann Thies | |
| Daniel Maurício Viana De Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.4651919126 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 7 | 83 |
| O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E RESGATE DA MEMÓRIA: O CASO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO PAULO | |
| Amanda Regina Celli Lhobrigat Melissa Ramos da Silva Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.4651919127 | |
| CAPÍTULO 8 | 96 |
| O POUSO DE TROPAS COLONIAL EM BENTO RODRIGUES: O CASO DOS TRABALHOS DE RESGATE ARQUEOLÓGICO PÓS DESASTRE | |
| Magno augusto coelho santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.4651919128 | |
| CAPÍTULO 9 | 108 |
| ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA DECORATIVA: A POLICROMIA DO RETÁBULO DO ALTAR-MOR DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCOS DA PENITÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS/SC | |
| Laís Soares Pereira Simon | |
| DOI 10.22533/at.ed.4651919129 | |
| CAPÍTULO 10 | 122 |
| ESTADO ARQUITECTÓNICO DE LA IGLESIA DEL CARMEN DE LA VILLA 25 DE MAYO, MENDOZA – ARGENTINA | |
| Guadalupe Cuitiño Alfredo Esteves Laura Najjar | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191210 | |
| CAPÍTULO 11 | 134 |
| CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDADANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL | |
| Luciene Gustavo Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191211 | |
| CAPÍTULO 12 | 147 |
| A CIDADE DE BIRIGUI - SP E SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PAISAGÍSTICO: O MERCADO MUNICIPAL E SUA PRAÇA ADJACENTE | |
| Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa Jayne Lopes Moura | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191212 | |
| CAPÍTULO 13 | 159 |
| A PAISAGEM CULTURAL DE AMARANTE, PI E A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO | |
| Andréa Lourdes Monteiro Scabello | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191213 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 14 | 172 |
| ANÁLISE DA PAISAGEM: O PATRIMÔNIO E A PAISAGEM CULTURAL EM VERANÓPOLIS/RS – BRASIL | |
| Paula Fogaça Alina Gonçalves Santiago Dirceu Piccinto Júnior | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191214 | |
| CAPÍTULO 15 | 190 |
| HISTÓRIA, CULTURA E LAZER EM CONEXÃO: INFLUÊNCIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE DA CIDADANIA NA CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA CIDADE DE TERESINA-PI | |
| Lara Jhélia de Sousa Sampaio Mariana Luiza Bezerra Sampaio Hanna Morganna de Deus Alves Augusto César Barros de Moura Neiva Myrlla Lorene de Macedo Rodrigues | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191215 | |
| CAPÍTULO 16 | 202 |
| A ATIVIDADE COMERCIAL EM FEIRA DE SANTANA (BA): USOS DO ESPAÇO PÚBLICO | |
| Alessandra Oliveira Teles | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191216 | |
| CAPÍTULO 17 | 217 |
| MINHOÇÃO: ENTRE O TRANSGREDIR E O MEDIAR OS BENS COLETIVOS PRODUZIDOS A PARTIR DE INICIATIVAS DE MORADORES, MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES | |
| Maria Isabel Camañes Guillén | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191217 | |
| CAPÍTULO 18 | 231 |
| DO PIONEIRISMO AO ESQUECIMENTO: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE FERNÃO VELHO, MACEIÓ-AL | |
| Mônica Peixoto Vianna Carina Letícia Rodrigues Oliveira Falcão Hugo Fernando Calheiros | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191218 | |
| CAPÍTULO 19 | 244 |
| EFEITOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA, MINAS GERAIS | |
| Teresa Cristina Guerra de Andrade Maria Luiza Almeida Cunha de Castro | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191219 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 20 | 256 |
| A EXPANSÃO URBANA DE MARINGÁ COMANDADA PELA CTNP E SEUS FUNCIONÁRIOS DO ALTO ESCALÃO | |
| Layane Alves Nunes | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191220 | |
| CAPÍTULO 21 | 264 |
| A OFERTA IMOBILIÁRIA DE SALVADOR PARA A ALTA RENDA: UTOPIAS, ISOTOPIAS E HETEROTOPIAS | |
| Sarah Nascimento dos Reis | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191221 | |
| CAPÍTULO 22 | 278 |
| URBANISMO BIOCLIMÁTICO: AMBIÊNCIA URBANA E PATRIMÔNIO DA PRAÇA TOCHETTO EM PASSO FUNDO, RS | |
| Evanisa Fátima Reginato Quevedo Melo Mirian Carasek | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191222 | |
| CAPÍTULO 23 | 290 |
| MODIFICAÇÃO DA HABITAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL EWERTON MONTENEGRO GUIMARÃES EM VILA VELHA-ES | |
| Bruna Gonçalves Merisio Cynthia Marconsini Loureiro Santos Liziane de Oliveira Jorge | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191223 | |
| CAPÍTULO 24 | 302 |
| REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: INFLUÊNCIA DO PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA PELO ESCRITÓRIO DE ENGENHARIA PÚBLICA (EPTEC) PARA O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA | |
| Eufrosina de Azevêdo Cerqueira Diogenes Oliveira Senna Adriele Souza da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191224 | |
| CAPÍTULO 25 | 316 |
| POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO URBANA: O CASO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA | |
| Reginaldo Magalhães de Almeida Iara Cassimiro de Oliveira Luiza Abreu Campos Almir Teixeira Esquárcio Julia Malard Almeida | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191225 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 26 | 328 |
| POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DE SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI - BA | |
| Bruno Miola da Silva Poliana Bomfim Coutrin | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191226 | |
| CAPÍTULO 27 | 344 |
| AVALIAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA MANUSEIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NAS HABITAÇÕES MULTIFAMILIARES DO RIO DE JANEIRO | |
| Alice Magalhães Garcia Souza Maria Cristina Moreira Alves | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191227 | |
| CAPÍTULO 28 | 357 |
| MECANISMO INTELIGENTE DE GERAÇÃO DE UMA EXPRESSÃO ARQUITETÔNICA COM O AMBIENTE AUTOMATIZADO | |
| Wanessa Glanzel Hoffmann Josana Fernandes da Rosa Marcos Rocha Galvão Fagundes de Souza Cleverson Porto da Silva Fernanda Barreto Rafael Bastos Duarte José Wanderson Oliveira Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191228 | |
| CAPÍTULO 29 | 370 |
| O RIO GRANDE DO SUL E AS FONTES SUSTENTÁVEIS: ANÁLISE DA MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO | |
| Denise de Souza Saad Danielle de Souza Saad Caryl Eduardo Jovanovich Lopes Clarissa de Oliveira Pereira Hugo Henzel Steinner | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191229 | |
| CAPÍTULO 30 | 380 |
| ESTUDO DE MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM PONTES E VIADUTOS DE CONCRETO ARMADO NA CIDADE DE CUIABÁ-MT | |
| Guilherme Antonio Rosa e Silva Nogueira Barbosa Camila Raia Santos Bastos Raquel Alves Fernandes da Silva Maria Fernanda Fávero Menna Barreto Ana Paula Maran | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191230 | |
| CAPÍTULO 31 | 393 |
| INFLUÊNCIA DA ADIÇÃO DE AGREGADO RECICLADO EM CONCRETOS: UM ESTUDO SOBRE O CISALHAMENTO EM ELEMENTOS ESTRUTURAIS | |
| Max Silva Michelle Cordeiro | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 32 | 406 |
| REAPROVEITAMENTO DA CONCHA DE MARISCO COMO AGREGADOS EM ARGAMASSAS E CONCRETOS NÃO ESTRUTURAIS | |
| João Manoel de Freitas Mota Ronaldo Faustino da Silva Yuri Barros Lima Moraes Ângelo Just Costa e Silva André Miranda Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191232 | |
| CAPÍTULO 33 | 417 |
| AZULEJARIA BRASILEIRA E DESIGN | |
| Flávia Marques de Azevedo Esperante | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191233 | |
| CAPÍTULO 34 | 424 |
| CHAPECÓ/SC E PASSO FUNDO/RS: ESTUDO COMPARATIVO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS | |
| Ana Laura Vianna Villela Gabriela Borges da Silva Emanuelli Schneiders Aléxander Augusto Ortmeier Maryon Brotto Isadora Zanella Zardo | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191234 | |
| CAPÍTULO 35 | 441 |
| PLANEJAMENTO URBANO EM SÃO PAULO, FASE PIONEIRA DOS ANOS 1950-60 | |
| Adilson Costa Macedo Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191235 | |
| CAPÍTULO 36 | 447 |
| POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL: FUNDAMENTOS PARA A ARQUITETURA EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL | |
| Vera Santana Luz | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191236 | |
| CAPÍTULO 37 | 472 |
| COMO O URBANISMO TEM SIDO OPERADO EM PROCESSOS DE CONCESSÃO: A APLICAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA | |
| Carolina Heldt D'Almeida | |
| DOI 10.22533/at.ed.46519191237 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 493 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 494 |

A PAISAGEM CULTURAL DE AMARANTE, PI E A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO

Andréa Lourdes Monteiro Scabello

Universidade Federal do Piauí

Coordenação da Licenciatura em Geografia~

Teresina - PI

RESUMO: Amarante localiza-se na porção Centro-Norte do estado do Piauí, na microrregião do Médio Parnaíba Piauiense. A localidade, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi povoada pelos índios Acoroás. O contato entre indígenas e colonizadores não foi amistoso, pois em 1699 os recém-chegados invadem o território dos Acoroás. Os conflitos só foram amenizados com a ação dos jesuítas que os aldearam numa localidade denominada São José. Em 1711, o Governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro pacificou os índios transferindo-os para as margens do rio Mulato (FUNDAC, s/d). No ano de 1832 a Regência do Império criou a Vila de São Gonçalo. E, em 1861 a vila foi transferida, das margens do rio Mulato para as proximidades do Porto, localizado no rio Parnaíba. Esta foi elevada à condição de cidade, com a denominação de Amarante, somente, em 1871, através da Resolução provincial nº 734, de 04/08/1871. A localização às margens do rio intensificou o comércio e o desenvolvimento da região. A cidade se expandiu, mas conservou um conjunto de casarios com arquitetura,

nitidamente, de influência portuguesa. Este trabalho, resultado de uma aula de campo das disciplinas de Metodologia do Ensino de Geografia e Análise integrada do Meio Ambiente, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Piauí (UFP), teve entre os objetivos: apresentar, aos estudantes de geografia e arquitetura, aspectos da Paisagem Cultural contemplando o núcleo urbano de Amarante e discutir as formas de proteção do patrimônio cultural demonstrando a necessidade da realização de ações educativas. **PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial. Amarante. Piauí. Brasil

CULTURAL LANDSCAPE OF AMARANTE, PI AND EDUCATION FOR HERITAGE

ABSTRACT: Amarante is located at north center of Piauí, in the microregion of Médio Parnaíba Piauiense. The Indians Acoroás populated this city according IBGE's data. In 1699, their lands were invaded by the colonizers, and the contact between them was not friendly. However, the Jesuits priests softened conflicts by settling them in a locality called São José. In 1711, the governor Gonçalo Lourenço Botelho de Castro pacified the natives by moving the village to nearby Mulato river (FUNDAC). Later in 1832, through a decree of the regency was created the Village of São Gonçalo. Which was moved

in 1861 to a location near the harbor of Paraíba river. In 1971, the Village elevated to the condition of City of Amarante (Province Resolution nº734, 04/08/1871). The riverside location has strengthened the region's trade and development, resulting in the expansion of the town, which was able to preserve the houses of Portuguese heritage. This paper is the result of a field class by Geography Teaching and Integrated Environmental Analysis in the Geography Postgraduate Program (PPGGEO) of Universidade Federal do Piauí (UFPI). Among the objectives are: to present to the students of geography and architecture aspects of the Cultural Landscape focusing attention on the urban center of Amarante, and to discuss the forms of protection of the cultural heritage combined with educational actions.

KEYWORDS: Cultural Heritage. Heritage education. Amarante. Piauí. Brasil.

1 | INTRODUÇÃO

“A geografia está em toda a parte”
(Denis Cosgrove)

O município de Amarante, localizado na mesorregião Centro-Norte, mais especificamente, na microrregião do Médio Parnaíba piauiense faz limites com os municípios de Palmeirais e Angical do Piauí (ao Norte), Floriano e Francisco Ayres (ao Sul), Angical, Regeneração e Arraial (ao Leste) e São Francisco, localizado no estado do Maranhão (a Oeste). Situa-se a 204,3 km de Teresina, a capital do estado do Piauí, cujo acesso é possibilitado pelas rodovias federais BR 316, BR 343 e estadual PI-130.

Segundo Ribeiro; Lima; Albuquerque (2016, p. 125) do ponto de vista do quadro natural Amarante, encontra-se no “[...] contato entre dois domínios geológicos [...] as formações [...] sedimentares de idade Paleozoica e Mesozoica (Formação Corda, Pedra de Fogo, Poti e Piauí), representando 85% da área total [...], e à formação de rochas cristalinas (Formação Sardinha) [...]”. Cercado por serras e morros apresenta uma topografia acidentada que lhe confere uma característica *sui generis* destacando-se três unidades de relevo: superfície elevada do relevo residual, superfície retrabalhada de relevo residual e área direta de influência dos rios Parnaíba, Canindé e Mulato.

Segundo dados históricos, durante o século XVII, a área foi povoada pelos índios Acoroás que foram, praticamente, dizimados com a chegada dos colonizadores. Os conflitos foram amenizados com a implantação pelos jesuítas de um aldeamento designado de São José. Com a expulsão da Companhia de Jesus, durante a Reforma Pombalina, o estado de beligerância ressurgiu. Somente, por volta de 1771, os gentios foram pacificados e assentados numa localidade denominada São Gonçalo,

em homenagem ao governador Gonçalo Lourenço de Botelho de Castro. O distrito em questão, criado por ordem Régia, em 07 de setembro de 1801, foi elevado à categoria de vila pelo Decreto de 07 de julho de 1832 e à condição de cidade sob a designação de Amarante pela Resolução Provincial nº 734, de 4 de agosto de 1871 (IBGE, 2018).

A área urbana de Amarante (Figura 1) fez parte de um roteiro de aula de campo realizada pelas disciplinas Análise Integrada do Meio Ambiente e Metodologia do Ensino de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A aula teve entre outros objetivos: apresentar, aos estudantes de geografia e arquitetura, o núcleo urbano de Amarante contemplando aspectos da paisagem e do patrimônio cultural além de, discutir as formas de proteção destacando a necessidade da realização de ações educativas. A atividade envolveu levantamento bibliográfico e observação *in locu* com o preenchimento de fichas de observação e anotações em caderno de campo.

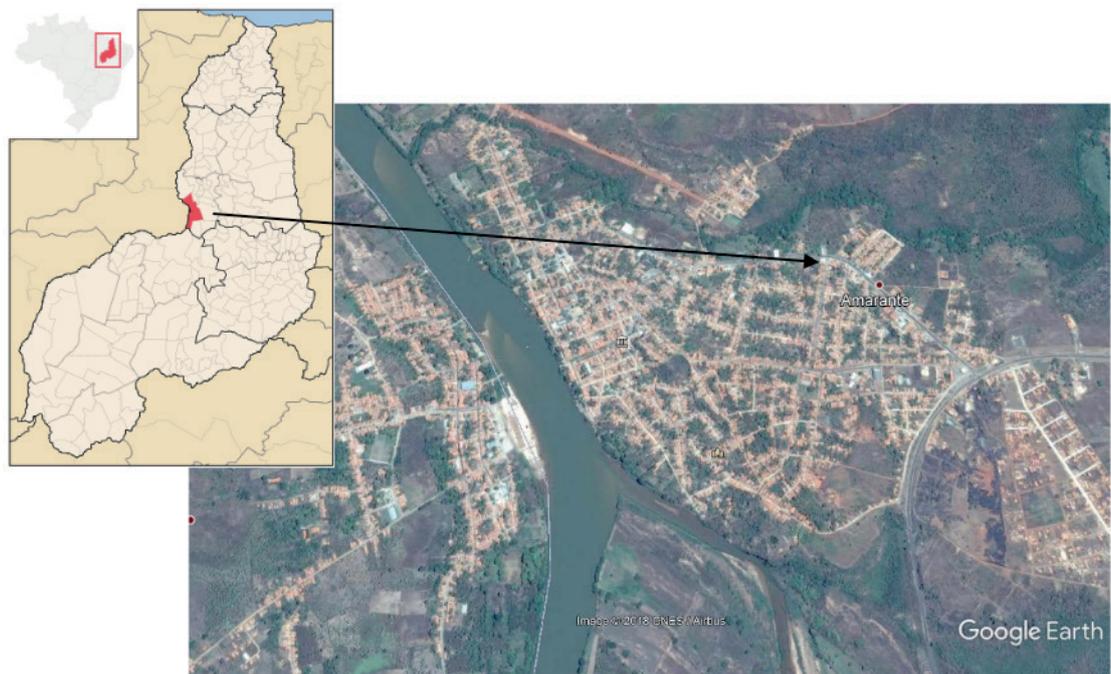


Figura 1 – Amarante: traçado urbano

Fonte: Google earth (2016).

Este texto encontra-se estruturado em três seções: 1) Paisagem Geográfica, Paisagem Cultural e Patrimônio Cultural; 2) Construindo um olhar sobre o patrimônio cultural através da aula de campo e 3) Por uma educação voltada ao patrimônio.

2 | PAISAGEM GEOGRÁFICA, PAISAGEM CULTURAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

O termo paisagem, originado da palavra alemã *landschaft*, pode ser interpretado como uma porção limitada da superfície terrestre ou a aparência da Terra tal como é percebida. Tratando-se de um conceito polissêmico agrega definições, às vezes, muito vagas e diversas.

Entre a variedade de acepções destaca-se a definição proposta por Carl Sauer (1925 *apud* CORRÊA; ROSENDALH, 1998, p. 7) na qual a paisagem geográfica é “[...] o resultado da ação da cultura, ao longo do tempo, sobre a paisagem natural”, ou seja, consequência da relação do homem com a natureza. A paisagem, então é entendida como “[...] uma fisionomia caracterizada por formas e o seu estudo recorre basicamente ao método morfológico”. A outra vertente de estudo privilegia as características e “[...] atributos físico-naturais e humanos e o estudo das inter-relações dos fenômenos nesse território, o que permite aproximar o conceito de paisagem de região [...]” (SALGUEIRO, 2001, p. 40).

A paisagem geográfica apresenta múltiplas dimensões, a exemplo da morfológica e funcional. A primeira engloba “[...] um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana” e, a segunda, diz respeito “[...] às relações entre as partes”. Mas também, incorpora uma dimensão histórica, pois é oriunda da ação humana ao longo do tempo. Assim como, as dimensões espacial e simbólica “[...] na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre [sendo] portadora de significados, expressão, valores, crenças, mitos, utopias [...]”. (CORRÊA E ROSENDALH, 1988, p. 8).

Mas se paisagem geográfica para Carl Sauer é cultural, uma vez que, “[...] resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural” (CORRÊA; ROSENDAHL, 1988, p. 9) para Cosgrove ela é, essencialmente, simbólica possibilitando estabelecer significados. Ele ressalta o sentido político apresentando as noções de paisagem da classe dominante e paisagens alternativas (emergentes e residuais), paisagens excluídas, paisagens do consumo, paisagens como forma de ver (CORRÊA, 2011).

Para Corrêa (2011, p.13) uma das grandes contribuições de Cosgrove foi perceber a inserção da paisagem em uma formação social isto “[...] implica em considerá-la como expressão fenomênica do modo particular de como uma sociedade está organizada em um dado tempo e espaço, isto é, uma dada formação econômica e social ou simplesmente uma formação social.”

O estudo da paisagem para Cosgrove pode ser realizado em várias escalas geográficas desde uma região, cidade, bairro e monumento (CORRÊA, 2011). Apoiado nesta ideia selecionou-se parte do município de Amarante, PI para análise, utilizando-se como estratégia a aula de campo.

Complementando os debates acerca da paisagem destacam-se, as ideias de Berque (1994 *apud* HOLZER, 2004, p. 60). Este defendia que o conceito de paisagem não dependia de um referencial estético e que esta noção tipificada culturalmente e datada historicamente, não existia para todas as sociedades. Assim, “[...] precisamos ter consciência, nós que pertencemos a uma civilização paisagística (*paysagère*), que existem culturas e civilizações que têm consciência de seu ambiente segundo parâmetros que são irreduzíveis à paisagem”.

Silva (2015, p. 20), ao refletir sobre esse conceito, destacou que ele projeta formas, pluralidades e diversidades, como também, “Exprime facetas sensoriais dos territórios, em domínios tão variados como a afetividade, o imaginário e a aprendizagem sociocultural”. A paisagem assume, assim, uma perspectiva simbólica entendida como o resultado das relações entre sociedade e natureza, carregada de símbolos visíveis e invisíveis.

As assertivas acima demonstram a transformação do pensamento geográfico e a longa tradição a respeito do conceito de paisagem que, ao longo dos últimos anos, passou a ser utilizado por outros campos do conhecimento, como: a antropologia, arqueologia, história e arquitetura, abrindo várias possibilidades de análise teórica.

Na década de 1990, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) utilizou a expressão paisagem cultural como uma nova categoria de análise. Esta possibilitou, segundo Rodrigues (2015, p. 52) uma “[...] leitura relacional entre o natural e o cultural, sem desconsiderar os modos de vida e os hábitos tradicionais”.

No Brasil, a proteção à Paisagem Cultural foi regulamentada pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) através da Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009. O documento, nas Disposições Gerais (no Art. 1º) define Paisagem Cultural Brasileira como “[...] uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.” (IPHAN, 2009 a, p.35).

A chancela de Paisagem Cultural permitiu resguardar, em determinadas porções do território brasileiro, “[...] a ocorrência [...] do convívio entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um desses elementos isoladamente.” (IPHAN, 2009 b). Assim, entre as finalidades destaca a preocupação com a preservação do patrimônio cultural. Este último concebido como um conjunto de representações, expressões, conhecimentos e técnicas, essencial no fortalecimento das identidades culturais (SILVA, 2015).

Na contemporaneidade, intensifica-se o olhar para as paisagens urbanas

e a preservação do patrimônio cultural a ela associados. Isto é explicado pelas dificuldades dos gestores públicos em solucionar os problemas urbanos aumentando a pressão sobre o patrimônio ao mesmo tempo em que surgem projetos de revitalização de áreas centrais degradadas propondo novos usos aos espaços, especialmente, associados às demandas culturais (SCIFIONI, 2003).

Esta dinâmica está associada às concepções de caráter econômico que enxergam a cultura e o patrimônio como bens ou produtos a serem mercantilizados. Desta forma, a autora chama a atenção para “As conseqüências [que] resumem-se, muitas vezes, em exclusão da população local [...] à valorização do espaço geográfico que tende a criar uma pressão do mercado imobiliário sobre esta população”. (SCIFIONI, 2003, p.78).

A autora torna explícita, portanto, a necessidade de compreender a natureza da produção do espaço geográfico a fim de pensar políticas assertivas de proteção ao patrimônio cultural.

2.1 Patrimônio e Patrimônio Cultural

O conceito de patrimônio transformou-se. Antigamente, estava associado aos monumentos históricos e objetos com certas singularidades (antiguidade e estética). Ao longo da década de 1960 a preocupação volta-se para a conservação, para nas décadas seguintes (1980 e 1990) apresentar uma perspectiva mais ativa com finalidades múltiplas: pedagógica, utilitária e econômica. É importante destacar que os significados relativos ao patrimônio estão relacionados a duas vertantes semânticas: heritage e patrimoine. A primeira valoriza aquilo que é transmitido para as gerações. E, a segunda associa-se a noção de preservação e conservação. (FERREIRA, 2011).

Para Dantas (2015), a ideia de patrimônio surge quando um indivíduo ou mesmo um grupo identifica-se com um objeto e reconhece-o como seu. Está subjacente a esta noção a apropriação, o que significa dizer que, está imbuído de valor, de sentimento de apreço, gerando representações as mais diversas. A autora citada afirma que “[...] o patrimônio cultural é uma construção social (constructo), que depende daquilo que um determinado grupo humano, em dado momento, considera digno de ser legado às gerações futuras” (DANTAS, 2015, p. 32).

Para Pereiro (2006), o conceito de patrimônio cultural está intimamente associado ao de representação simbólica das identidades dos grupos humanos. Desta forma, o patrimônio cultural “[...] tende a ter um sentido público, comunitário e de identificação colectiva alargada”. (PEREIRO, 2006, p. 2). Reforça esta idéia ao afirmar que “Da cultura não podemos patrimonializar nem conservar tudo, daí que o patrimônio cultural seja só uma representação simbólica da cultura, e por isso resultado dos processos de seleção e de negociação dos significados.” (PEREIRO,

2006, p. 2).

Dentro desta concepção o patrimônio cultural, segundo autor citado, tende a conservar determinados elementos (as permanências são o foco) enquanto a cultura se transforma constantemente. Para Dantas (2015) a cultura pode ser entendida como um processo de adaptação ao meio ambiente nas quais as estratégias de sobrevivência são acumuladas, transmitidas e reproduzidas por várias gerações. Assim, elas passam a “constituir o acervo de conhecimentos e experiências de um grupo, que reflete o seu modo peculiar de existência, de compreensão e transformação da realidade e, formam o conjunto denominado patrimônio cultural”. (DANTAS, 2015, p.31).

Reforça-se, então a ideia de que “[...] o património cultural é uma expressão da cultura dos grupos humanos que recupera memórias, ritualiza sociabilidades, seleciona bens culturais e transmite legados para o futuro”. (PEREIRO, 2006, p.3).

Ao longo do tempo, o debate sobre o patrimônio cultural foi apresentando novos contornos. E, o processo de patrimonialização voltou-se para a identificação e “[...] atribuição de novos valores, sentidos, usos e significados a objetos, a formas, a modos de vida, saberes e conhecimentos sociais” (PEREIRO, 2006, p. 5) revivificando as memórias.

A relevância da memória nas sociedades ocidentais é também discutida por Oosterbeek (2015, p. 14) ao afirmar que “A memória, é por isso, um instrumento estruturador de identidades o que na prática significa dizer que ela ajuda a segregar: as memórias de uns não são as memórias dos outros, pois são informadas por perspectivas actualistas distintas”.

Assim, para Oosterbeek (2015) os referenciais nos quais a memória coletiva se apoia, constitui-se no patrimônio cultural, quer de natureza tangível (material) ou intangível (imaterial). Para ele, embora o patrimônio imaterial seja de grande relevância, os “Objectos de patrimônio cultural material, são bem mais importantes [...]” (*op. cit.*, p.14) pois agregam duas peculiaridades dentro das sociedades consideradas complexas: a localização espacial e o fato de poderem ser apropriado por diversos interesses.

Pereiro (2006) chama a atenção para os demais agentes que interferem no patrimônio cultural atribuindo-lhe valor. Entre eles destaca: a sociedade civil, os políticos e o mercado. Nessa medida a preservação do patrimônio cultural é compreendida como “[...] uma ação política da sociedade organizada [que] compreende a produção de bens materiais e imateriais que se conformam em determinado espaço geográfico” (SILVA, 2006, p. 26).

Figueredo (2013, p. 56), por sua vez, afirmar que “[...] o patrimônio cultural e suas categorias de análise possuem uma expressão espacial constituída na própria identidade”. Assim para ele “Quando o espaço transpõe o tempo na memória social

ele torna-se patrimônio, campo conflituoso de representações sócio-políticas”.

3 | CONSTRUINDO UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL ATRAVÉS DE AULA EM CAMPO

Durante a pesquisa bibliográfica poucas foram as referências sobre o município de Amarante, especialmente, as relacionadas ao patrimônio cultural. Os dados encontrados foram oriundos de pesquisas no âmbito da análise ambiental, com destaque para os estudos geográficos e de natureza histórica. A preparação para a aula de campo incluiu a leitura deste material disperso que permitiu selecionar alguns locais a serem observados.

Durante a apreciação da paisagem urbana de Amarante, notou-se tal como diz Santos (1997, p. 39), que esta é formada por “[...] dois elementos: os objetos naturais, que não são obra do homem [...] e os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano no passado, como no presente”.

Observou-se, também, como destacado pelo autor, que a paisagem é reflexo de um processo dinâmico, que está associado às alterações econômicas, assim como, às mudanças das relações sociais e políticas, que são mais intensas em certas épocas do que em outras. Como o mesmo ressalta o espaço também é objeto de transformação para se adaptar às novas necessidades da sociedade. É interessante constatar que essas transformações são parciais, pois “De um lado alguns dos seus elementos não mudam [...] enquanto a sociedade evolui. São testemunhas do passado. Por outro lado, muitas mudanças sociais não provocam necessariamente [...] modificações na paisagem. (SANTOS, 1997, p. 39).

Assim, a observação de parte do espaço urbano de Amarante revelou a paisagem como “[...] resultado de uma acumulação de tempos” (*op. cit.*, p. 38). Para Santos, numa análise geográfica a noção de tempo é fundamental, pois “A sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas é composta de atualidades de hoje e do passado” (*op. cit.* p. 40).

Assim, mais adiante Santos (*op. cit.*, p.41) destaca que “A inserção da sociedade em movimento, nesse conjunto de formas fixas, constitui o processo de realização geográfica da sociedade”. E, essa inserção é um dos problemas epistemológicos mais difíceis. Arremata que “o estudo desses processos se prende ao mesmo tempo à história e à arqueologia. Ele não pode ser feito sem a compreensão mais exata possível do valor real-concreto dos objetos a cada momento da história”. (*op. cit.*, p.42).

Para realizar um trabalho, dentro da perspectiva do Patrimônio Cultural, é necessário como insinua Santos (*op. cit.*) recorrer à história. E, neste caso, parte dela foi contada através da perspectiva de Eleazar Moura na obra intitulada “Amarante

antigo: alguns homens e fatos” (1996).

Algumas das percepções manifestas na obra serão utilizadas neste trabalho, como forma de completar as observações obtidas *in locu*. Na área urbana de Amarante (Figura 2) destacam-se edificações em estilo colonial, mas há também, as em estilo eclético. “As casas residenciais ainda são [...] de estilo colonial: com varandas, paredes espessas, telhamento com caibros de carnaúba, corredores, peitoris, quintal com fruteiras, quadros de santos e retratos nas paredes, oratórios.” (MOURA, 1996, p. 15-16) remanescentes dos primórdios de sua ocupação.



Figura 2 – Aspectos da paisagem urbana

Fonte: Scabello (2016).

Muitas são as lembranças do tempo de outrora. Entre elas emergem fatos relacionados a navegação fluvial. “[...] trafegavam pelo rio os vapores, as lanchas e as barcas [...] construídas de madeira ou ferro, com leme, sem motor e rebocadas por lanchas [...]. Transportavam mercadorias, gêneros e sal [...]” (MOURA, 1996, p.69).

O autor informa que Amarante viveu uma época de apogeu econômico durante as primeiras décadas do século XX, até os anos de 1940. Nesse momento, destacava-se a atividade comercial estimulada pela navegação fluvial que havia alcançado importância nos finais do século XIX.

Contudo, a construção da Barragem de Boa Esperança, se por um lado possibilitou a chegada da energia elétrica, por outro impediu a continuidade do tráfego de embarcações. Assim, Moura (1996) ressalta que o comércio das cidades à margem dos rios, como: Teresina, Parnaíba, Amarante, Floriano, Uruçuí, União e Palmeirais entre outras foi prejudicado. Reforça dizendo que “O apito dos vapores, a chegada e saída, o embarque e o desembarque de passageiros e cargas; tudo isso completava a paisagem”. (MOURA, 1996, p. 70). Hoje em dia o comércio é viabilizado através do transporte terrestre, pelo uso das rodovias federais e estaduais.

O rio era, também, lugar de trabalho. Atividade pesada executada pelas lavadeiras que levavam para as margens dos rios, entre eles o rio Mulato, as trouxas

de roupas sujas. Cena que ainda se observa na atualidade (Figura 3).



Figura 3 – As lavadeiras no rio Mulato

Fonte: Scabello (2016).

O rio era utilizado para também utilizado para o lazer. Moura (1996) descreve uma cena peculiar dos banhos de rio “nu ao natural, sem pudor nem acanhamento. Era nudismo, mesmo [...] Era uma nudez ingênua, meio selvagem, sem malícia, com naturalidade.” (MOURA, 1997, p.83).

4 | POR UMA EDUCAÇÃO VOLTADA PARA O PATRIMÔNIO

Amarante é um lugar, como outros, em que as transformações socioeconômicas não impediram a preservação e conservação de alguns aspectos culturais. Em meio a edificações contemporâneas subsistem, como mencionado, àquelas com características coloniais. Mas, fazem parte também desse contexto elementos que são invisíveis e intangíveis, como conhecimentos e saberes.

Ao longo das últimas décadas do século XX, a diversidade dos conhecimentos acerca do patrimônio cultural permitiu que a política patrimonial se alterasse. Durante muito tempo a preocupação centrou-se nos aspectos de preservação e conservação do que havia sido produzido no passado. Hoje, atenta-se para os usos que os bens culturais têm no presente em função das necessidades contemporâneas da maioria. A cultura popular tornou-se visível e passa a ser reconhecida como patrimônio (CANCLINI, 1994).

As pesquisas efetuadas sobre o patrimônio cultural, no âmbito da Antropologia e Sociologia, revelaram que o prestígio (histórico e simbólico) de determinados grupos sociais corroborou com a ideia da existência de uma sociedade homogênea. As desigualdades foram escamoteadas.

Mas, o que se torna cada vez mais evidente, nas observações de Canclini (1994), a respeito das formas “como se transmite o saber de cada sociedade através de escolas e museus [é] que os diversos grupos se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural” ressaltando afirma que “[...] à medida que descemos na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por essas instituições”. (CANCLINI, 1994, p. 96). Conclui, portanto, que há uma participação desigual dos grupos sociais com relação ao patrimônio cultural. Estas reflexões são muito interessantes na medida em que se defende uma educação voltada para o patrimônio.

Canclini (*op. cit.*, p. 96) é, ainda, mais enfático ao afirmar que “as diferenças regionais originadas pela heterogeneidade de experiências e pela divisão social do trabalho, são utilizadas pelos setores hegemônicos para que se obtenha uma apropriação privilegiada do patrimônio comum”. Isto explicaria porque, por exemplo, em contexto urbano alguns bairros se sobressaem, ou mesmo, os motivos de certos objetos, equipamentos e saberes se tornarem consagrados em detrimento de outros.

Fica evidente, no pensamento do citado autor, que o patrimônio cultural é usado para produzir diferenças destacando que “os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem ser conservados, mas também dispõem de meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e ócio, para imprimir a esses bens maior refinamento” (*op. cit.*, p. 97). Então se retorna a uma afirmação apontada na primeira seção deste trabalho: o patrimônio se configura como espaço de disputa econômica, política e simbólica no qual agem o setor privado, o Estado e os movimentos sociais. Diante deste fato, como pensar a educação para o patrimônio?

A educação para o patrimônio deve ser pensada como responsabilidade de toda a sociedade e não somente de um grupo. Porém, como efetivá-la sabendo que a classe dominante detém conhecimento, informação e poder influenciando efetivamente o que deve ser preservado e imortalizado?

Acredita-se que a educação para o patrimônio deve estimular e viabilizar vivências resgatando histórias dos diversos grupos responsáveis pela dinâmica de um lugar. Desta forma, não há uma instituição específica – museu, escola, ong etc. – responsável pela mesma. A educação para o patrimônio pode ser efetiva através da educação informal. Isto significa inserir a comunidade e os movimentos sociais no debate acerca do que eles consideram importante para a constituição da sua identidade enquanto grupo social.

Amarante é um dos municípios do Piauí que merece um olhar mais atento com relação à Paisagem e ao Patrimônio Cultural. São ricas as narrativas a respeito do lugar envolvendo detalhes, por exemplo, sobre a passagem da Coluna Prestes, sobre o cinema mudo, o rádio, assim como, as festas sociais e religiosas, o folclore incluindo o Bumba-meu-boi, o reisado entre outros.

A aula de campo permitiu que se desvelassem algumas potencialidades desse território. A observação e as experiências vividas aguçaram a curiosidade e a necessidade de um olhar mais afetivo para o lugar.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto L. Denis Cosgrove: as paisagens e as imagens. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, nº 29, Jan/Jul. de 2011.p. 7-21.

CORREA, Roberto L.; ROSENDALH, Zeny. Apresentando leituras sobre Paisagem, Tempo e Cultura. IN: **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1988. p.7-11.

DANTAS, Fabiana S. O patrimônio cultural brasileiro. In: CAMPOS, Juliano B; PREVE, Daniel R.; SOUZA, Ismael F (orgs). **Patrimônio Cultural, Direito e Meio Ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015. p. 31-

FERREIRA, Victor. Olhares sobre o patrimônio cultura. *Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte* 7, 2011, p. 61- 79.

FUNDAC. Bens tombados e Registrados no Piauí. Disponível em <http://www.fundac.pi.gov.br/download/201206/FUNDAC19_481c2d8eaa.pdf> Acesso em 1º de fevereiro de 2018.

HOLZER, Werther. Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, nº 17-18, Jan/Dez. de 2011. p. 55-63

IBGE. Cidades. Infográficos. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=22005>> Acesso 5 de março de 2018.

IPHAN (a). **Paisagem Cultural. Brasília**: Iphan, 2009. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf> Acesso em 5 de abril de 2018.

_____(b). **Paisagem Cultural**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>> Acesso em 4 de abril de 2018.

MOURA, Eleazar. **Amarante antigo**: alguns homens e fatos. Teresina: Gráfica Santa Maria, 1996.

OOESTERBEEK, Luiz. Revisitando Antígona: o patrimônio cultural na fronteira da Globalização. In: CAMPOS, Juliano B; PREVE, Daniel R.; SOUZA, Ismael F (orgs). **Patrimônio Cultural, Direito e Meio Ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015. P.14-29.

PEREIRO, X. Patrimônio Cultural: O Casamento entre Patrimônio e Cultura. *ADRA*, n.º 2. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, pp. 23-41. Disponível em <https://formacaompr.files.wordpress.com/2010/03/patrimonio-cultural_xerardo-p.pdf> Acesso em 20 de março de 2018.

RIBEIRO, K. V.; LIMA, I. M. de M. F.; ALBUQUERQUE, E. L. S. Caracterização geomorfológica do município de Amarante, estado do Piauí, Brasil. *REGNE*, Vol.2, Nº Especial (2016). Disponível em <<http://www.periodicos.ufrn.br/revistadoregna>> Acesso em 4 de abril de 2018

RODRIGUES. Laércio G. Paisagem cultural: nova expansão conceitual do patrimônio. *Estação Ciência*, Macapá, v. 5, n.1, p. 47-56, jan./jun.2015. Disponível em <<http://periodicos.unifap.br/index.php/estacao>> Acessível em 10 de março de 2018.

SALGUEIRO, Teresa B. Paisagem e Geografia. *Finisterra*, XXXVI, 72, 2001, p37-53

SANTOS, Milton. Da sociedade à Paisagem: O significado do Espaço do Homem. IN: Pensando o Espaço do Homem. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 37-43.

SCIFONI, Simone. Patrimônio Mundial: do Ideal humanista à Utopia de uma Nova Civilização. *GEOUSP Espaço e Tempo*, São Paulo, N° 14, p. 77-88, 2003. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123833/120005>> Acesso em 23 de março de 2018.

SILVA, Anelino Francisco. Patrimônio Cultural e paisagem em sua significação espacial. *GEOTemas*, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v.5, n.2, p.19-29, jul./dez., 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 93, 194, 197, 204, 314, 388, 453
Apropriações 217, 219, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 424
Argamassa 103, 393, 395, 396, 407, 409, 410, 411, 412, 415, 465
Arqueologia Pós Desastre 96, 99
Arquitetura moderna 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 368, 417, 420, 422, 457
Arquitetura sensorial 1
Automação 357, 363, 364, 368, 369
Avaliação pós-ocupação 290, 292, 293, 301

B

Bacia de evapotranspiração 357, 365

C

Capoeira 37, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146
Concreto 20, 56, 57, 102, 104, 166, 224, 365, 366, 380, 381, 382, 384, 386, 388, 389, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 400, 402, 404, 405, 406, 407, 410, 413, 415, 416, 457, 459, 461, 465, 466
Construção sustentável 357, 359
Cultura 2, 4, 5, 6, 8, 11, 13, 15, 16, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 46, 47, 48, 52, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 88, 95, 99, 106, 123, 132, 134, 135, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 152, 162, 163, 164, 165, 168, 170, 173, 174, 175, 185, 186, 188, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 216, 219, 223, 229, 230, 241, 242, 254, 286, 381, 422, 437, 448, 452, 457, 460, 468

D

Desastre ambiental 244
Documentação 12, 32, 42, 54, 58, 72, 80, 83, 90, 93, 94, 106, 117, 118, 325, 356, 383, 462

E

Educação patrimonial 92, 93, 151, 159, 192, 199, 200
Engenharia pública 302, 303, 304, 311, 314
Espaço de preservação 1
Espaço público 147, 155, 156, 157, 195, 197, 198, 202, 208, 210, 213, 214, 215, 217, 219, 225, 227, 229, 230, 276, 283, 287, 288, 289
Expansão urbana 256, 257, 259, 260, 261, 263, 276, 302, 304, 305, 307, 309, 310, 311, 312, 314

F

Fontes renováveis 370, 371, 373

H

Habitação 64, 194, 233, 264, 270, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 304, 314, 316, 319, 321, 327, 344, 440, 442, 448, 451, 457, 466, 468

Habitação de interesse social 270, 301, 319, 327

Habitação evolutiva 290

I

Impacto socioambiental 244

Inventário 59, 63, 79, 80, 83, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 147, 178, 179, 180, 181, 182, 323, 445

M

Manutenção 42, 51, 149, 151, 154, 183, 204, 206, 209, 213, 215, 236, 239, 247, 280, 285, 298, 329, 341, 347, 349, 350, 351, 352, 380, 381, 382, 386, 388, 390, 391, 429, 452, 455, 459, 484, 490

Matriz energética 370, 371, 372, 373, 374, 375, 377, 378, 379

Meio ambiente 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 47, 159, 161, 165, 170, 196, 244, 245, 248, 254, 255, 328, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 356, 366, 370, 372, 375, 394, 395, 404, 407, 447, 448, 462, 467, 468

Memória 14, 15, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 42, 46, 47, 54, 58, 70, 72, 74, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 106, 109, 141, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 165, 172, 174, 178, 183, 216, 229, 238, 241, 243, 246, 282, 288, 423

Memória coletiva 34, 38, 42, 46, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 158, 165, 174, 183

Mineração 35, 46, 96, 97, 105, 107, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Museu 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 30, 43, 65, 81, 82, 106, 154, 169, 170, 185, 186, 192, 193, 196, 197, 200, 409, 480, 490

P

Paisagem 2, 32, 34, 35, 38, 40, 46, 47, 81, 87, 98, 107, 120, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 190, 196, 197, 198, 199, 201, 220, 222, 244, 245, 246, 247, 250, 252, 255, 279, 280, 284, 285, 288, 289, 424, 437, 453

Parque 1, 5, 8, 9, 10, 11, 17, 43, 44, 45, 122, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 221, 224, 251, 254, 308, 311, 372, 436, 480, 484, 490

Patologias 101, 313, 380

Patrimônio 4, 5, 14, 32, 35, 42, 45, 48, 50, 54, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 100, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 120, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 184, 187, 188, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 231, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 260, 278, 279, 280, 282, 285, 288, 289, 310, 370, 381, 422, 446, 449, 453, 491

Patrimônio cultural 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 105, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 152, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 187, 190, 200, 244, 245, 253, 255, 370, 491

Patrimônio histórico 5, 14, 54, 63, 64, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 89, 95, 107, 114, 136, 141, 148, 152, 163, 180, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 255, 278, 280

Patrimônio industrial 32, 35, 42, 45, 231

Pintura 10, 19, 85, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 130, 138, 154, 228, 237

Planejamento urbano 120, 275, 278, 289, 321, 439, 440, 441, 443, 444, 470, 472, 487, 488, 491
Policromia 108, 109, 110, 111, 120
Pontes 380, 381, 382, 391, 392
Preservação 1, 2, 3, 8, 12, 32, 42, 46, 48, 50, 51, 59, 63, 64, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 99, 106, 109, 110, 120, 136, 142, 147, 148, 149, 151, 152, 157, 158, 163, 164, 165, 168, 172, 174, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 249, 280, 286, 289, 310, 319, 332, 427, 453, 463, 477, 491

R

Reconstituição 14, 24, 391
Regularização fundiária 302, 304, 308, 309, 310, 311, 314, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 324, 326, 327
Resíduos 299, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 393, 394, 395, 396, 404, 405, 406, 407, 408, 414, 415, 452, 453, 465, 467
Resíduos sólidos urbanos 331, 333, 334, 335, 338, 339, 341, 344, 394

S

Serviço social 134, 135, 136, 144
Sustentabilidade 6, 89, 170, 194, 200, 246, 255, 284, 291, 344, 346, 354, 358, 361, 366, 367, 369, 446, 447, 448, 452, 459, 468

T

Teatros 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 81, 225
Território 41, 74, 82, 159, 162, 163, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 187, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 227, 248, 254, 318, 329, 422, 423, 424, 425, 427, 428, 429, 430, 433, 434, 436, 438, 448, 453, 463, 466, 471, 472, 474, 475, 476, 477, 479, 480, 482, 484, 490

V

Valorização 4, 42, 48, 49, 87, 93, 95, 113, 145, 148, 156, 164, 175, 187, 190, 191, 195, 197, 199, 283, 308, 458

